

Guerra.Com

A Internet e as Operações Psicológicas

Major Angela Maria Lungu, Exército dos EUA

Traduzido da revista JFQ, Spring/Summer 2001

A *CLICKSKRIEG* (guerra-click) do espaço cibernético representa uma transformação dramática no pensamento estratégico mudando a maneira pela qual vemos a guerra. Como um meio de informação e um veículo de influência, a Internet é uma ferramenta poderosa tanto para as sociedades politicamente abertas como para aquelas nas quais a Internet, as páginas Web, o correio eletrônico e as salas de bate-papo são os únicos meios que oferecem um vislumbre do mundo exterior. Essa inovação eletrônica pode ser uma faca de dois gumes, à medida que os inimigos adotam a Internet como um veículo para influenciar a opinião pública ou incitar hostilidade contra os Estados Unidos. As Forças Armadas devem estar preparadas para travar a guerra online. Conseqüentemente, o domínio das operações psicológicas militares (Op Psico) deve ser ampliado para incluir a Internet.

O Campo de Batalha de Informação

Em conjunto com a diplomacia pública e as comunicações sociais militares, as Op Psico são um importante instrumento para a estratégia de segurança nacional. Embora os três elementos tenham um importante papel nas operações de informação e se reforcem mutuamente, possuem funções separadas e missões singulares. A diplomacia pública é um esforço interagência que tem por objetivo as audiências estrangeiras. As operações psicológicas empregam técnicas específicas para influenciar audiências não americanas. Por outro lado o objetivo das atividades de comunicação social não é “dirigir ou manipular as ações ou a opinião pública” e por lei “devem ser separadas e diferentes” das operações psicológicas. Da mesma maneira, a comunicação social não pode ser empregada como uma dissuasão militar ou como desinformação para o público interno ou estrangeiro.

Tampouco podem ser incluídos nos programas de comunicação social do Departamento de Defesa para influenciar ou controlar a opinião pública”.¹

Existe atualmente um crescente recebimento de informações entre a comunicação social e as operações psicológicas resultantes da nova tecnologia e da mídia mundial. A missão da comunicação social mudou da entrega de produtos específicos (jornais, rádio e televisão) para o processamento de temas e mensagens. Esse novo enfoque torna essencial que a comunicação social, as operações psicológicas e a diplomacia pública, bem como outros elementos das operações de informação, sejam totalmente integrados e sincronizados. A informação pública, tanto interna como internacional, deve ser consistente em todos os níveis para preservar a credibilidade de cada instrumento. Embora as mensagens das operações psicológicas, comunicação social e diplomacia pública possam diferir, é de suma importância que não se contradigam.

Limites da Guerra Mental

As operações psicológicas transmitem informações selecionadas para os públicos estrangeiros. Uma missão fundamental é a de servir como a voz do comandante para os líderes políticos, os outros comandantes, as forças subordinadas e a população civil, bem como para as fontes de apoio externo, a fim de influenciar suas emoções, motivos e raciocínio objetivo, comunicar intenções e afetar o comportamento. É essencial que cada tema e objetivo esteja de acordo com a política nacional, e que os programas informativos sejam integrados com outros programas de informação internacional para assegurar mensagens complementares consistentes.

Há um interesse renovado no emprego de programas coordenados de informação, em especial nas operações psicológicas militares, por três razões primordiais.



Departamento de Defesa

O Sargento Martín Morales da Companhia Aerotransportada de Operações Psicológicas Táticas conversa com alguns meninos e adultos da localidade durante a inauguração de uma nova escola para crianças no Afeganistão.

Primeiro, há um esforço, impulsionado pela política, para evitar a escalada, por parte de um inimigo em potencial, visando a resolução violenta de divergências. Segundo, devido à Internet e a outras tecnologias de comunicação, é quase impossível para os governos controlarem o fluxo de informação através de suas fronteiras, tornando os públicos-alvo mais vulneráveis às mensagens de Op Psico. Terceiro, a tendência mundial para o crescimento urbano, especialmente em países do terceiro mundo, faz com que o emprego de um poder de fogo subjuguante em um campo de batalha repleto de não combatentes seja menos aceitável. Todas essas lições já foram aprendidas e empregadas por inimigos em potencial.

A capacidade das FA de se comunicarem, de forma eficaz e convincente, com os líderes locais, será a chave para se alcançar os objetivos militares e políticos. De maior relevância, em muitos casos o potencial de destruição das armas convencionais e os limites da diplomacia fazem com que os elementos não letais, como as operações psicológicas, sejam úteis para preencher a brecha entre a diplomacia e a força.

Contudo, ainda existem restrições legais significativas. Em virtude de muitos produtos de Op Psico e sua difusão constituírem-se em uma forma de diplomacia pública, as leis que a regem também controlam as operações psicológicas militares. A lei Smith-Mundt de 1948 estabeleceu os fundamentos básicos para a diplomacia

pública após a II Guerra Mundial, e criou a Agência de Informação dos EUA (*U.S. Information Agency — USIA*). A Lei das Relações Exteriores de 1972 fez uma emenda na Lei Smith-Mundt proibindo a difusão

A capacidade das FA de se comunicarem, de forma eficaz e convincente, com os líderes locais, será o instrumento para se alcançar os objetivos militares e políticos. De maior relevância, em muitos casos o potencial de destruição das armas convencionais e os limites da diplomacia fazem com que os elementos não letais, como as operações psicológicas, sejam úteis para preencher a brecha entre a diplomacia e a força.

dentro dos EUA de qualquer “informação sobre os EUA, sua população e suas políticas” que houvessem sido preparadas para serem divulgadas no exterior. A Emenda Zorinsky continuou restringindo ainda mais a diplomacia pública ao proibir que fosse usada qualquer verba “para influenciar a opinião pública nos Estados Unidos, e ao determinar que nenhum material do programa ... deverá ser distribuído dentro do território continental”. Além disso, a Lei de Reestruturação das Relações Exteriores de

1998 consolidou várias agências, colocando a Agência de Informação dos EUA sob o Departamento de Estado.

Um problema crítico surge da dificuldade de se enviar uma mensagem à audiência internacional e outra à mídia nacional, particularmente quando observado do ponto de vista legal. A Diretiva da Decisão Presidencial de 1968 salientava este aspecto, estabelecendo que as atividades de informação pública internacional “são claras e se dirigem somente às audiências estrangeiras”, afirmando, ao mesmo tempo, que a informação nacional deveria ser de caráter “não conflitante” e “sincronizado” para evitar mensagens contraditórias. Como falou um funcionário público, “antigamente a Agência de Informação dos EUA e o Departamento de Estado eram as principais agências para comunicação internacional. Com a revolução da informação, todas as agências têm agora a capacidade de estabelecer comunicação internacional e interagir com as populações estrangeiras”.² Esta diretiva serve para garantir que os atores coordenem os seus esforços.

Além das limitações internas, existem barreiras legais internacionais quanto ao emprego da Internet para Op Psico. Regulamentos específicos sobre determinadas ações e princípios mais gerais da lei internacional podem restringir inadvertidamente os esforços das Op Psico porque a tecnologia da informação é mais recente dos que as leis em vigor. Isso resulta tanto na ambigüidade quanto à definição de guerra como na falta de regulamentações proibindo explicitamente ataques de informação. Por conseguinte, as áreas de disputa continuam na esfera da guerra de informação.

As razões que dificultam a resolução desses problemas são muitas. Embora os agentes da guerra cibernética possam ser militares formalmente organizados, os ataques cibernéticos podem não envolver forças tradicionais. Além disso, não está claro se os ataques de informação, principalmente quando não são letais ou fisicamente destrutivos, podem ser considerados como o emprego de força sob os artigos da Carta da ONU, podendo ser considerados formas legais de coerção mesmo em tempo de paz. Por outro lado, a alteração das percepções do inimigo pode ser ilegal ou limitada pelas leis contra a falsidade.

Apesar das restrições legais, muitas áreas das operações psicológicas são consideradas como dentro do domínio do direito internacional. Por exemplo, as leis da União Internacional de Telecomunicações não são aplicáveis a beligerantes, pelo que se pode concluir que, no campo da comunicação, durante a guerra, tudo é válido. Manipular as percepções do inimigo, criar confusão alterando, secretamente, os anúncios oficiais ou as transmissões radiofônicas, ou amedrontando os líderes ao interferir na inteligência ou nas outras comunicações, não violaria, em princípio, as leis da guerra. Entretanto, manipular um inimigo até que seus cidadãos ou líderes estejam

totalmente desligados da realidade, empregar vídeo ou transmissões radiofônicas para incitar uma guerra civil ou genocídio desenfreados, poderia ser considerado ilegal.

Táticas e Estratégias

Devido às oportunidades oferecidas pela Internet, existem várias opções para empregar esse meio sem violar nenhuma lei. As FA poderiam empregá-lo de forma ofensiva para alcançar os objetivos da guerra não convencional, bem como para identificar e contra-atacar a propaganda inimiga, a desinformação e a informação neutra.

Os principais argumentos contra Op Psico pela Internet abordam os aspectos relativos ao isolamento do público-alvo, mais precisamente como evitar que norte-americanos recebam produtos da Internet. Ainda é possível alterar as políticas existentes, que proíbem o uso da Internet para Op Psico militares, sem mudar as restrições que existem para evitar que cidadãos americanos sejam alvos específicos. Conseqüências não desejadas podem ser evitadas concentrando-se na difusão de informações confiáveis para grupos específicos. Por exemplo, a Agência de Informação dos EUA manteve Websites separados para cidadãos norte-americanos e o público estrangeiro até que a referida agência foi absorvida pelo Departamento de Defesa. Hoje, a página Web em inglês do Diretório de Programas de Informação Internacional (ex-Agência de Informação dos EUA) ainda difere dos sites em francês e espanhol, principalmente porque nesses sites pode-se encontrar artigos sobre direitos humanos (especificamente em Cuba e no Peru), drogas e corrupção, assim como relatórios sobre democracia e a epidemia de Aids. Nenhum desses tópicos pode ser visto no site em inglês. Vale ressaltar que os sites em francês e espanhol estão ligados à Voz da América a qual, por lei, não pode ser transmitida nos EUA.

Existem exemplos das possíveis capacidades da Internet como um meio de Op Psico. Agentes estatais e não estatais empregam a Internet, cada vez mais, para ganhar apoio e adesão nacional e internacional, o que os ajuda a legitimar o assunto tratado em proveito de organizações internacionais. Como agente executivo do Acordo de Dayton, a Organização para a Segurança e Cooperação Européia (*Organization for Security and Cooperation in Europe — OSCE*) fez uso da Internet para complementar a informação pública convencional e os esforços relacionados com a informação eleitoral para reforçar sua legitimidade como organização internacional.

A Internet foi também usada para indiretamente distribuir informação para a mídia nacional e internacional, como divulgou o encarregado de informação pública da



Departamento de Defesa

Soldado da aeronáutica protege a rede Secure Internet Protocol Routing Network — SIPRNET — do 786º Esquadrão de Comunicações na Base Aérea Ramstein, Alemanha, em 18 de setembro de 2001.

Organização para a Segurança e Cooperação Européia, em e-mail para o autor:

Todos os membros da mídia da Bósnia-Herzegovina usam a nossa Webpage para coletar informação sobre a nossa organização e as eleições, e a distribuem entre o público presente. Mais de 100.000 eleitores que se encontram fora do país, em mais de 80 países, usam a nossa Webpage como uma fonte de informações para as eleições — com a Webpage, informação sobre as eleições gerais e os resultados, impossíveis de se saber rapidamente no passado, são, hoje, facilmente acessíveis. No mês que precedeu as eleições, a Webpage da Organização para a Segurança e Cooperação Européia Bósnia-Herzegovina foi visitada virtualmente por mais de dois milhões de usuários, estando a maioria deles fora do país.

Além de simplesmente prover informação, os sérvios e o povo de Kosovo empregaram esta técnica, que foi descrita como a primeira guerra cibernética, em que ambos os lados usaram *Websites* e correio eletrônico para “defender sua postura, estabelecer metas, relatar histórias e assumir posições”.³ À medida que as operações de informação se tornam mais populares e sofisticadas, é evidente que ao invés de bloquear o serviço, o esforço deve ser feito para, cada vez mais, afetar as percepções e o comportamento de audiências selecionadas por meio da manipulação da informação disponível.

Depois que a OTAN bombardeou os meios da mídia sérvia, considerados como as fontes de propaganda de Milosevic, o governo dos Estados Unidos decidiu não

eliminar os sites sérvios da Internet. Segundo a observação feita por um porta-voz do Departamento de Defesa, “O acesso total à Internet pode ajudar o povo sérvio a tomar conhecimento da horripilante verdade sobre as atrocidades

Os principais argumentos contra Op Psico pela Internet abordam os aspectos relativos ao isolamento do público-alvo, mais precisamente como evitar que norte-americanos recebam produtos da Internet. Ainda é possível alterar as políticas existentes, que proíbem o uso da Internet para Op Psico militares, sem mudar as restrições que existem para evitar que cidadãos americanos sejam alvos específicos.

e crimes contra a humanidade sendo cometidos pelo regime de Milosevic em Kosovo”.⁴ Embora os sérvios tenham usado a Internet para disseminar os temas da campanha eleitoral, o Departamento de Estado respondeu com um rigoroso esforço on-line para defender a credibilidade norte-americana. Durante a crise de Kosovo, o ex-encarregado de informação da Agência de Informação dos EUA disse que “o nosso sucesso pode ser medido pelo fato de que somos percebidos não como propaganda, mas como anti-propaganda”.⁵

Outra conotação é a dinâmica inovadora que a Internet oferece à guerra de informação, isto é, permite falar com os inimigos sem a intervenção de nenhum dos governos, nem da propaganda. Durante o bombardeio da Sérvia pela OTAN, a mídia e até indivíduos mantiveram comunicações por e-mail e em salas de bate-papo. O editor internacional da rede *MSNBC.com* manteve constantes conversações com aproximadamente 36 sérvios. A revista cibernética *Slate* publicou o diário de um correspondente em Belgrado durante este período.

A facilidade da Internet para estabelecer contatos pessoais pode ser transformada em uma vantagem da informação. Um recente relatório apresentado pela Junta de Ciência da Defesa (*Defense Science Board*) sobre operações psicológicas sugeriu algumas possibilidades menos óbvias tais como salas de bate-papo e serviços instantâneos de mensagens para debates que visam influenciar os cidadãos sobre certos temas. Ressaltou também que ambos os candidatos à Presidência dos EUA e ao governo chinês tinham usado uma técnica similar para disseminar informação. Além dos Web sites, priorizar mensagens e desenvolver produtos na Internet, tais como áudio/vídeo, jogos on-line, fazer mediação entre grupos de notícias e acrescentar faixas de propaganda podem também ser empregados, por seu valor estratégico e alcance.

A informação pode ser transmitida por meio da Internet para grupos simpatizantes em áreas de interesse, permitindo que sejam conduzidas operações em regiões onde, caso contrário, seria necessário empregar Forças de Operações Especiais (FOp Esp) para alcançar outros grupos-alvo. A Internet também tem um valor incalculável para a transmissão de notícias de uma região diretamente para o Governo norte-americano, bem como para o envio de informações dos EUA para uma área para aumentar o apoio político (e até mesmo operacional). Quando os jornalistas não tiverem acesso às áreas em crise, eles poderão depender de sites na Internet para a obtenção de informações, de modo que possam multiplicar a eficácia do lado que tiver condições de contar sua história.

Kosovo e Chechênia são um bom exemplo. Tanto o governo da Sérvia (<http://www.serbia-info.com>) como o do Exército de Libertação de Kosovo (<http://www.kosova.com>) fazem uso de Web sites e correios eletrônicos para justificarem suas posturas. O site checheno (<http://kavkaz.org>), organizado por um ex-ministro da informação, aprendeu suas lições com os sérvios, e mostra vídeos de bombardeamentos realizados pelos russos. Como consequência, Moscou lançou o Centro de Informação Russa (<http://www.gov.ru>). Após perderem a guerra de propa-

ganda em 1994-96, os estrategistas russos mais antigos desenvolveram um plano da mídia cujo objetivo era alcançar apoio popular para as ações que seriam realizadas durante a segunda guerra chechena.

A Internet pode também ser empregada como uma técnica de defesa; primordialmente para proteger os *Websites* oficiais e bancos de dados contra qualquer tipo de desfiguração. Software de filtragem e de bloqueio podem ser instalados em computadores individuais, em provedores de serviço da Internet ou em ligações eletrônicas com países de todo o mundo. Os próprios *Websites* podem bloquear certos usuários com base no protocolo de endereços da Internet, que pode identificar determinados computadores bem como as suas localizações.

A Internet é uma extensão inevitável do campo de batalha e seu emprego na guerra como um elemento crítico das operações psicológicas é essencial. Um crescente número de agentes estatais e não estatais está tirando vantagem dessa ferramenta devido ao seu baixo custo, particularmente em nações menos desenvolvidas. É evidente a necessidade de emendar as políticas existentes para permitir que os meios de Op Psico utilizem esse aspecto da mídia contemporânea. Embora as leis internacionais de hoje restrinjam muitos aspectos das Op Psico, ainda há suficiente espaço legal para que os Estados Unidos, bem como os seus inimigos, conduzam operações psicológicas empregando a tecnologia e meios modernos como a Internet.

Como adverte a Junta de Ciência de Defesa, “embora os EUA estejam muitos anos à frente de seus competidores em termos de tecnologia militar, em termos de Op Psico já existem competidores em situação de igualdade ou até em condições mais sofisticadas do que os norte-americanos”. Portanto as Forças Armadas devem abordar o emprego da Internet para Op Psico direta e explicitamente como um meio integral, ao invés de considerá-lo um instrumento incontrolável, cujo papel é determinado pela casualidade ou por uma segunda idéia. **MR**

Referências

1. Publicação Conjunta 3-61, *Doctrine for Public Affairs in Joint Operations*, p. III-18; Diretriz do Departamento de Defesa 5122.5, *Public Affairs Program* (12 de fevereiro de 1993).
2. Ben Barber, “Group will Battle Propaganda Abroad,” *The Washington Times*, 28 de julho de 1999.
3. Vesna Peric-Zimonjic, “Media-Yugoslavia: Kosovo Combatants Fight New War—in Cyberspace,” *World News*, 7 de agosto de 1998.
4. Jon Swartz Briscoe, “Administration Drops Idea of Blocking Serb Net Sites,” *The San Francisco Chronicle*, 15 de maio de 1999.
5. *Ibid.*

A Major Angela Maria Lungu serve no Comando dos EUA na Europa; serviu duas vezes no 1º Batalhão de Operações Psicológicas (aerotransportado) sendo uma das principais autoras do Manual de Campanha 3-05.30, Psychological Operations.